

## Demonstrações Contábeis Regulatórias

São João Transmissora de Energia S.A.  
CNPJ: 18.314.074/0001-68

31 de dezembro de 2020  
com Relatório do Auditor Independente

São João Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

## Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias .....	1
Demonstrações contábeis regulatórias auditadas:	
Balanço patrimonial.....	7
Demonstração do resultado .....	8
Demonstração do resultado abrangente .....	9
Demonstração da mutação do patrimônio líquido .....	10
Demonstração do fluxo de caixa .....	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias .....	12

## Relatório da Administração Regulatório

A Administração da São João Transmissora de Energia S.A. (“SJT” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o Relatório da Administração Regulatório em conjunto com as demonstrações contábeis regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, com o objetivo de divulgar o desempenho da Companhia para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

### A Companhia

A SJT é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”) e atua no segmento de transmissão de energia elétrica baseada no seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de existência. A SJT atua na região Nordeste e responde por 0,16% da RAP da Rede Básica de transmissão do Brasil.

Concessionária privada do serviço público de transmissão de energia elétrica, a SJT detém as instalações localizadas no estado do Piauí, formadas pela linha de transmissão Gilbués II – São João do Piauí em 500kv com extensão aproximada de 408 km, nos termos do Contrato de Concessão nº 008/2013 celebrado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A SJT receberá Receita Anual Permitida (RAP) reajustada pelo IPCA e correção a partir de julho de cada ano.

	RAP – R\$ mil - (*)	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
SJT	49.835	Junho	IPCA

(\*) RAP estabelecida conforme resolução homologatória nº 2.725 de 14 de julho de 2020.

Considerando as instalações de transmissão em operação, a RAP esperada - sem considerar novos projetos é de R\$51.723 mil para 2021 a 2025, conforme quadro a seguir:

Linha de Transmissão	RAP Esperada - em moeda constante de 31/12/2020						
	2019 (*)	2020 (*)	2021	2022	2023	2024	2025
SJT	47.558	30.486	51.723	51.723	51.723	51.723	51.723

(\*) RAP realizada.

### Governança Corporativa

A Taesa realiza atividades de “back-office” para atividades administrativas da SJT e procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões do Grupo.

### Política de Qualidade

A SJT, respaldada pela alta Administração, manifesta seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes globais da Companhia o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionadas à execução dos serviços de operação e manutenção de transmissão de energia elétrica.

## Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia e com a opinião dos auditores independentes da Companhia expressa no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2020.

## Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. ("EY Brasil") para prestação de serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 pelo valor de R\$116 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
**São João Transmissora de Energia S.A.**  
Rio de Janeiro – RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da São João Transmissora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São João Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.



## **Outros assuntos**

### **Demonstrações financeiras societárias**

A São João Transmissora de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 20 de abril de 2021, com opinião sem modificação e contendo o parágrafo de ênfase relacionado a reapresentação dos valores correspondentes incluído naquelas demonstrações financeiras.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6



Pia Leocádia de Avellar Peralta  
Contadora CRC-1RJ101080/O-0



Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativos</b>			
<i>Ativos circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	19.118	430
Contas a Receber de Concess. e Permissionárias	5	920	3.953
Impostos e contribuições sociais	6	408	50
Cauções e depósitos vinculados		2	86
Outras contas a receber		3.858	2.687
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>24.306</b>	<b>7.206</b>
<i>Ativos não circulantes</i>			
Depósitos vinculados		-	14.018
Contas a Receber de Concess. e Permissionárias	5	13	15.102
Outras contas a receber		4.147	3.772
Imobilizado	7	368.463	378.906
Intangível	7	6.376	4.711
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>378.999</b>	<b>416.509</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>403.305</b>	<b>423.715</b>
<b>Passivos</b>			
<i>Passivos circulantes</i>			
Fornecedores	10	2.527	379
Empréstimos e financiamentos	9	-	30.933
Taxa Regulamentares		874	769
Impostos e contribuições sociais	6	1.502	1.118
Dividendos a pagar	8	16.079	-
Outras contas a pagar		2.044	1.719
<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>23.026</b>	<b>34.918</b>
<i>Passivos não circulantes</i>			
Empréstimos e financiamentos	9	-	98.948
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	11	206	12.087
<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>206</b>	<b>111.035</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social		394.523	276.811
Reserva de lucros		208.133	94.453
(Prejuízos) acumulados		(222.583)	(93.502)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	12	<b>380.073</b>	<b>277.762</b>
<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>		<b>403.305</b>	<b>423.715</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2020	2019
Disponibilização do sistema de transmissão		30.486	47.558
Parcela variável		(4.646)	-
Receita bruta		25.840	47.558
PIS e COFINS correntes		(1.023)	(1.765)
Quota para RGR, P&D, TFSEE		(275)	(686)
Tributos e encargos		(1.298)	(2.451)
Receita Líquida	17	24.542	45.107
Pessoal		(986)	(1.907)
Materiais		(124)	(27)
Serviços de terceiros		(2.280)	(1.939)
Depreciação e amortização		(12.501)	(12.811)
Outros custos operacionais		(675)	(1.930)
Custos operacionais	18	(16.566)	(18.614)
Pessoal		(185)	(743)
Serviços de terceiros		(853)	(677)
Depreciação e amortização		(2)	(16)
Outras despesas operacionais líquidas		(3.424)	585
Despesas operacionais	18	(4.464)	(851)
Resultado da atividade		3.512	25.642
Receitas financeiras		308	856
Despesas financeiras		(1.876)	(5.778)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	19	(1.568)	(4.922)
Resultado antes dos impostos e contribuições		1.944	20.720
Imposto de renda e contribuição social	13	(1.266)	(5.274)
Lucro líquido do exercício		678	15.446
Lucro por Ação			
Lucro por ação - básico e diluído (em R\$)	16	0,00156	0,04875

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração do resultado abrangente para exercício findo em  
31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	<u>678</u>	<u>15.446</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>678</u></u>	<u><u>15.446</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo  
em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total
			Legal	Especial		
Saldos em 31 de dezembro de 2018		267.481	7.228	72.487	(94.210)	252.986
Aumento de capital		9.330	-	-	-	9.330
Lucro líquido do exercício		-	-	-	15.446	15.446
Destinação do lucro do exercício:						
Reserva legal		-	737	-	(737)	-
Reserva especial		-	-	14.001	(14.001)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	12	276.811	7.965	86.488	(93.502)	277.762
Aumento de capital		117.712	-	-	-	117.712
Impactos Ofício CVM 04/2020 sobre a destinação do resultado societário		-	-	62.057	(62.057)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	678	678
Destinação do lucro do exercício:						
Reserva legal		-	3.385	-	(3.385)	-
Reserva especial		-	-	48.238	(48.238)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(16.079)	(16.079)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	12	394.523	11.350	196.783	(222.583)	380.073

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações do Fluxo de Caixa para o exercício findo  
em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2020	2019
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		678	15.446
Ajuste para:			
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	1.266	5.274
Depreciação e amortização	18	12.503	12.827
(Reversões) provisões Fiscais, Trabalhistas e cíveis	11	(11.881)	4.267
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamento	9 e 19	1.737	5.062
Baixa de ativos	5	15.102	-
Receita de aplicação financeira	19	(308)	(856)
		<u>19.097</u>	<u>42.020</u>
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>			
Redução (Aumento) no contas a receber de concess. e permissionárias		3.020	(14.307)
(Aumento) nos impostos e contribuições sociais ativos, líquido dos passivos		(315)	(3.575)
(Aumento) redução no saldo de outras contas a receber		(1.546)	2.889
Aumento (redução) no saldo de fornecedores		2.148	(452)
Aumento no saldo de taxas regulamentares		105	218
Aumento no saldo de outras contas a pagar		325	232
		<u>3.737</u>	<u>(14.995)</u>
Caixa gerado gerado nas atividades operacionais		<u>22.834</u>	<u>27.025</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(925)</u>	<u>(1.101)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>21.909</u>	<u>25.924</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Redução (aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários		14.410	(1.121)
(Adições) no imobilizado e intangível	7	(3.725)	(601)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos		<u>10.685</u>	<u>(1.722)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Aumento de capital	12	117.712	9.330
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	9	(130.881)	(29.688)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	9	(737)	(5.105)
Caixa líquido (aplicado) pelas atividades de financiamentos		<u>(13.906)</u>	<u>(25.463)</u>
Aumento (redução) líquido nos equivalentes de caixa		<u>18.688</u>	<u>(1.261)</u>
Saldo inicial dos equivalentes de caixa	4	430	1.691
Saldo final dos equivalentes de caixa	4	<u>19.118</u>	<u>430</u>
Aumento (redução) líquido nos equivalentes de caixa		<u>18.688</u>	<u>(1.261)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A São João Transmissora de Energia S.A. ("SJT" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 06 de agosto de 2013, que tem por objeto social explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, a construção, a operação e a manutenção de instalações de transmissão, incluindo serviços de apoio e administrativos, necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e nos regulamentos em vigor.

A Companhia detém a concessão para construção, operação e manutenção das instalações localizadas no estado do Piauí, formadas pela linha de transmissão Gilbués II – São João do Piauí em 500kv com extensão aproximada de 408 km, nos termos do Contrato de Concessão nº 008/2013 celebrado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por um prazo de 30 anos. A Companhia finalizou suas obras e entrou em operação em agosto de 2016.

A SJT passou a ser uma controlada integral da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa") a partir de 14 de fevereiro de 2020, e de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da resolução normativa nº 605, de 11 de março de 2014. As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas pela Administração 30 de abril de 2021.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativa para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias estão descritas na nota explicativa nº 23.

### 2.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado.

### 2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

### 2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Avaliação de instrumentos financeiros – São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

b) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua, baseadas em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

c) Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

### 2.4. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis descritas a seguir vêm sendo aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

### 3.1. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Depreciação - Itens do ativo imobilizado operacional e administrativo são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial emitido por meio da Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015.

### 3.2. Intangível

Reconhecimento e mensuração - Registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

### 3.3. Reconhecimento de receita

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da receita anual permitida - RAP. A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, que estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição está, de inteira responsabilidade do ONS.

### 3.4. Instrumentos financeiros

#### a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que



Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (“impairment”) - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.5. Receitas financeiras e Despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

3.6. Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.7. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R\$240; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

A base de cálculo é a receita bruta auferida trimestralmente acrescida de ganhos de capital, dos

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia.

### 3.8. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

### 3.9. Demonstração dos fluxos de caixa ("DFC")

A Companhia classifica na DFC os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

### 3.10. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis regulatória da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante - Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- (i) O que significa um direito de postergar a liquidação;
- (ii) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- (iii) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- (iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	78	10
Aplicações financeiras	19.040	420
	<b>19.118</b>	<b>430</b>

Taxa de rentabilidade anual acumulada	31/12/2020	31/12/2019
CDB e Operações Compromissadas	99,99% do CDI	Entre 96,5% e 98,5% da média de fechamento diário do CDI.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

## 5. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Composição do Contas a Receber	Valores Correntes					31/12/2020	31/12/2019
	Correntes a Vencer	Correntes Vencidos					
	Até 60 dias	Até 90 dias	de 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	368	139	194	315	96	1.112	3.953

	2020	2019
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.112	3.953
Parcela variável (i)	(179)	-
Não faturado (ii)	-	15.102
	<u>933</u>	<u>19.055</u>
Circulante	920	3.953
Não circulante (iii)	13	15.102

(i) Parcela variável em aberto ou em discussão (provisão) com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados, ocorridos no exercício de 2020, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, será deduzida dos próximos recebimentos.

(ii) Refere-se a um contas a receber criado na contabilidade regulatória no exercício de 2019, com base em uma liminar, referente aos recebimentos das RAPs dos meses de julho, agosto, outubro e novembro de 2019. Em 2020, a Companhia procedeu com a baixa do ativo no valor de R\$15.102, tendo em vista a não recuperabilidade do mesmo.

(iii) Refere-se aos clientes que não concordaram com os valores cobrados pela Companhia na disponibilização de energia elétrica e iniciaram processos judiciais para contestar tais cobranças. A Companhia aguarda o julgamento dos referidos processos que até o momento não foram concluídos e entende que não é necessária a contabilização de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes pois, no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

- Principais características dos contratos de concessão

RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor - IPCA.

Faturamento da receita de operação, manutenção e construção - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente.

Parcela variável - A receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, sendo procedidos os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento da transmissora.

Aspectos ambientais - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

Estrutura de formação da RAP – A Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

Ciclo 2020-2021			Ciclo 2019-2020		
Resolução 2.725 de 14/07/2020			Resolução 2.565 de 25/06/2019		
Período: de 01/07/2020 a 30/06/2021			Período: de 01/07/2019 a 30/06/2020		
RAP	PA	Total	RAP	PA	Total
49.835	(34.649)	15.186	47.573	(57.995)	(10.422)

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ e CSLL antecipados e a compensar	142	-
PIS e COFINS a compensar		16
IRRF sobre aplicações financeiras	242	7
Impostos e contribuições retidos	24	27
Ativo circulante	408	50
IRPJ e CSLL correntes	543	545
PIS e COFINS	727	551
INSS e FGTS	95	7
ISS	34	6
ICMS	38	-
Outros	65	9
Passivo circulante	1.502	1.118

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Imobilizado	Taxa média de depreciação	Valor Bruto em 2019	Adições (Baixas)	Reclassificação	Valor Bruto em 2020	Depreciação	Valor Líquido 2020	Valor Líquido 2019
<i>Ativo Imobilizado em Serviço</i>								
<u>Transmissão</u>								
Moveis e utensílios	6,67%	30	-	-	30	(8)	22	24
Edificação	7,88%	29.964	-	(1.384)	28.580	(3.488)	25.092	27.345
Máquinas e Equipamentos	2,62%	388.851	-	1.384	390.235	(49.693)	340.542	350.761
		418.845	-	-	418.845	(53.189)	365.656	378.130
<u>Administrativo</u>								
Máquinas e Equipamentos	15,38%	13	-	-	13	(9)	4	6
		13	-	-	13	(9)	4	6
<i>Ativo Imobilizado em Curso</i>								
<u>Transmissão</u>								
Máquinas e Equipamentos		101	1.853		1.954	-	1.954	101
A ratear		669	180		849	-	849	669
		770	2.033	-	2.803	-	2.803	770
Total do Ativo Imobilizado		419.628	2.033	-	421.661	(53.198)	368.463	378.906

Intangível	Taxa média de amortização	Valor Bruto em 2019	Adições	Transferências	Valor Bruto em 2020	Amortização	Valor Líquido 2020	Valor Líquido 2019
<i>Ativo Intangível em Serviço</i>								
<u>Transmissão</u>								
Faixa de Servidão		4.668	-	-	4.668	-	4.668	4.668
Softwares	3,85%	62	-	68	130	(114)	16	21
		4.730	-	68	4.798	(114)	4.684	4.689
<u>Administrativo</u>								
Softwares		68	-	(68)	-	-	-	22
		68	-	(68)	-	-	-	22
<i>Ativo Intangível em Curso</i>								
<u>Transmissão</u>								
Faixa de Servidão		-	1.692	-	1.692	-	1.692	-
		-	1.692	-	1.692	-	1.692	-
Total do Ativo Intangível		4.798	1.692	-	6.490	(114)	6.376	4.711

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Imobilizado e intangível	Taxas anuais médias de depreciação	2020			2019
		Valor Bruto	Deprec. e amortiz. acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<i>Em serviço</i>					
Transmissão - Custo histórico	2,95%	423.643	(53.303)	370.340	382.819
Administrativo - Custo histórico	15,38%	13	(9)	4	28
		423.656	(53.312)	370.344	382.847
<i>Em curso</i>					
Transmissão - Custo histórico		4.495	-	4.495	770
		4.495	-	4.495	770
<b>Total do imobilizado e intangível</b>		<b>428.151</b>	<b>(53.312)</b>	<b>374.839</b>	<b>383.617</b>

Composição das adições (baixas) do imobilizado e intangível por tipo de gasto capitalizado	Material / Equipamentos	Servidões	Total
<i>Em Curso</i>			
Máquinas e equipamentos	1.853	-	1.853
A ratear	180	-	180
Faixa de Servidão	-	1.692	1.692
<b>Total das adições do imobilizado e intangível em curso</b>	<b>2.033</b>	<b>1.692</b>	<b>3.725</b>

## 8. PARTES RELACIONADAS

### I – Outras Contas a Receber – OCR

#### a) Ativos e receitas

REF	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros /Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
<b>Transação com empresa ligada</b>						
1	OCR x disponibilidades - reembolso de despesas - SPT (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve	Não houve

R E F	Contratos e outras transações	Ativo		Receita	
		31/12/2020	31/12/2019	2020	2019
1	Reembolso de despesas – SPT	373	-	-	-

(\*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas da Companhia, uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo. A Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo e entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado.

### I – Outras Contas a Pagar – OCP

REF	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros /Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
<b>Transações com a Controladora (Taesa)</b>						
1	OCP x Serviço de terceiros - Serviços de "back-office"	R\$38 Valor mensal	15/06/2020 a 15/06/2025	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou	Não houve.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

anual pelo IPCA. extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.

2	OCP x Serviço de terceiros - Serviços de O&M	R\$90 Valor mensal	15/05/2020 a 15/05/2025	Multa de 2% a. m. + juros de mora de 1%/ Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido nos seguintes casos: Inadimplemento comprovado de qualquer cláusula contratual, Incapacidade técnica, recuperação judicial.	Não houve.
---	--	-----------------------	-------------------------------	---	--	------------

R E F	Contratos e outras transações	Passivo		Custos e Despesas	
		31/12/2020	31/12/2019	2020	2019
1	Serviços de "back-office" - Taesa	38	-	228	-
2	Serviços de "O&M" - Taesa	89	-	674	-
		127	-	902	-

## II – Dividendos a pagar

	31/12/2019	Adição	Pagamento	31/12/2020
Dividendos a pagar a Taesa	-	16.079	-	16.079

## III - Remuneração dos diretores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

## 9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Características do empréstimo					
Financiador	Data de assinatura	Valor contratado e liberado	Vencimento final	Encargos financeiros anuais	Parcelas a vencer
CEF – FINISA	30/12/2013	R\$ 215.634	31/12/2023	Taxa fixa de 3,5% a.a.	n/a

	31/12/2019	Juros incorridos	Juros pagos	Amortização de principal	31/12/2020
CEF – FINISA	129.881	1.737	(737)	(130.881)	-
Circulante	30.933				-
Não circulante	98.948				-

Em 14 de fevereiro de 2020, a Companhia liquidou, antecipadamente, o empréstimo junto à Caixa Econômica Federal, desembolsando o montante de R\$128.718.

## 10. FORNECEDORES

	31/12/2020	31/12/2019
<u>Passivo Circulante</u>		
Fornecedores de bens, equipamentos, materiais e serviços para implementação das instalações de transmissão e outros	2.527	379



Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

## 11. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia constituiu provisão para riscos cíveis (faixa de servidão) em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A Companhia possui depósitos judiciais relativos a estas ações no valor de R\$86.

Mutação das provisões	31/12/2019	Adições	Reversões (a)	31/12/2020
Cíveis	-	192	-	192
Fiscais	12.087	458	(12.531)	14
	12.087	650	(12.531)	206

(a) A Companhia possui uma liminar expedida pela 22ª VARA FEDERAL de Brasília, em 24 de março de 2017, que afasta a aplicação do percentual de 32% para fins de IRPJ e CSLL, por considerar que a totalidade das receitas auferidas (RAP) pela Companhia, com base nos contratos de concessão, decorre exclusivamente da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, sujeita à aplicação dos percentuais de 8% e 12% para fins de IRPJ e CSLL, respectivamente. Em 08 de novembro de 2018, o juiz proferiu sentença favorável nos embargos de declaração opostos pela Companhia. Mediante as decisões favoráveis, em 2020 a Companhia, reverteu as provisões relacionadas a essa natureza.

Mutação das provisões	31/12/2018	Adições	31/12/2019
Fiscais	7.819	4.268	12.087

### Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2020, com base na opinião dos consultores jurídicos externos, o montante de causas com risco de perda classificados como possível era de R\$195. Sendo R\$ 150 referentes a contingências cíveis e R\$45 a contingências trabalhistas, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

## 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - Em 31 de dezembro de 2020, o capital social totalmente integralizado era de R\$394.523, representado por 434.523.157 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2019, o capital social totalmente integralizado era de R\$276.811, representado por 316.811.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal).

Reservas de lucro – (a) Reserva legal - constituída à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e (b) Reserva de especial – constituída com base no artigo 202, inciso III, parágrafo 5º da Lei nº 6.404/76.

Remuneração dos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

### Destinação do lucro líquido do exercício – Societário

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	67.702
Reserva legal - 5%	(3.385)
Lucro líquido do exercício ajustado	64.317
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	(16.079)
Reserva especial	(48.238)
	(64.317)

### 13. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Correntes - Calculados sobre a receita bruta com base no regime do lucro presumido.

Reconciliação da taxa efetiva	2020		2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	71.173	71.173	56.126	56.126
(+/-) Parcela antecipada - superávit/déficit	(20.353)	(20.353)	-	-
Diferença entre regime de caixa e competência	(25.096)	(25.096)	(7.772)	(7.772)
	25.724	25.724	48.354	48.354
Percentual	8%	12%	8%	12%
	2.058	3.087	3.869	5.803
Demais receitas:				
Rendas de aplicação financeira	232	232	-	-
Outras receitas financeiras	11	11	124	124
	243	243	124	124
Base de cálculo	2.301	3.330	3.993	5.927
Imposto de renda - 15%	(345)	-	(599)	-
Adicional de imposto de renda - 10%	(206)	-	(375)	-
Contribuição social - 9%		(300)		(533)
IRPJ e CSLL - Provisão de Contingências	(319)	(96)	(2.768)	(999)
Total de despesa	(870)	(396)	(3.742)	(1.532)
Total de IRPJ e CSLL		(1.266)		(5.274)

### 14. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, e possuem cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão do projeto. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados. A Companhia mantém apenas seguros em relação aos danos em seus equipamentos acima de R\$500, galpões e estoques, e possui cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores - "Director and Officer - D&O" e de frota.

Tipo de seguro	Seguradora	Vigência	Limite máximo de indenização	DM - valor em risco	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral	AXA Seguros	20/09/2020 A 19/09/2021	10.000		1
Risco operacional	Mapfre Seguros	31/07/2020 A 02/06/2021	-	110.000	155
Responsabilidade Civil de Diretores e administradores	Zurich Seguradora	18/09/2020 A 18/09/2021	40.000		1

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

## 15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 15.1 Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem o risco de mercado (risco de moeda, de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

### 15.2 Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, e maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações.

### 15.3 Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativos financeiros</b>		
Valor justo através do resultado:		
- Aplicações financeiras	19.040	420
- Depósitos vinculados	-	14.018
Custo amortizado:		
- Caixa e bancos	78	10
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	933	3.953
	<u>20.051</u>	<u>18.401</u>
<b>Passivos financeiros</b>		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:		
- Empréstimos e financiamentos	-	129.881
- Fornecedores	2.527	379
- Rateio de antecipação e Parcela de ajuste	1.106	-
	<u>2.527</u>	<u>130.260</u>

### 15.4 Risco de mercado

#### 15.4.1 Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras, cujo risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

#### 15.4.2 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Índice	31/12/2020	Cenário provável em 31/12/2021
CDI (a)	2,75%	5,25%

(a) Divulgado pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), 16 de abril de 2021 – Fonte Externa Independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2020	Efeito Provável no LAIR - 2021 - (redução)
Ativos financeiros – Equivalente de caixa - CDI	19.040	476

#### 15.5 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito (“ratings”) satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

#### 15.6 Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A Administração da Companhia é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

#### 15.7 Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

##### 15.7.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019	Hierarquia do valor justo
Aplicação financeira	4	19.040	420	Nível 2

## 16. LUCRO POR AÇÃO

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	678	15.446
Quantidade de ações ordinárias	434.523	316.811
Lucro por ação ordinária - básico e diluído	0,00156	0,04875

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

## 17. RECEITA LÍQUIDA

Composição da receita líquida	2020	2019
Disponibilização do sistema de transmissão	30.486	47.558
Parcela variável	(4.646)	-
Receita bruta	25.840	47.558
PIS e COFINS correntes	(1.023)	(1.765)
Encargos Setoriais ANEEL - Quota para RGR, P&D, TFSEE	(275)	(686)
Tributos e encargos	(1.298)	(2.451)
Receita líquida	24.542	45.107

## 18. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	2020	2019
-Remuneração direta	(900)	(1.615)
-Benefícios	119	(623)
-FGTS e INSS	(390)	(412)
Pessoal	(1.171)	(2.650)
Materiais	(124)	(27)
Serviços de terceiros	(3.133)	(2.616)
Depreciação e amortização	(12.503)	(12.827)
Outros custos e despesas operacionais	(4.099)	(1.345)
Total custos e despesas	(21.030)	(19.465)

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e das despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos com materiais: custos com materiais para manutenção e operação de linhas de transmissão.

Custos com serviços de terceiros: custos com operação, manutenção, compartilhamento de instalações, limpeza de faixa de servidão, vigilância e serviços de engenharia, despesas com consultorias, viagens, auditoria.

Outros custos e despesas operacionais: custos e despesas com aluguéis, baixa de ativos por não recuperabilidade, combustível, seguros, doações a entidades cíveis e reversão de provisão relacionada a diferença na aplicação de percentual para fins de IRPJ e CSLL de 32% para 8% e 12% respectivamente.

## 19. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2020	2019
Renda de aplicação financeira	308	856
Receitas financeiras	308	856
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.737)	(5.062)
Outras despesas financeiras líquidas de receitas	(139)	(716)
Despesas financeiras	(1.876)	(5.778)
	(1.568)	(4.922)



Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

## 20. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Serviço de Operação dos ativos - A Companhia contratou a Taesa para realização das atividades de operação e manutenção de suas instalações. Os valores de passivo e custo foram apresentados na nota explicativa nº 8 – Partes relacionadas.

## 21. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais - A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Licenças expedidas a Companhia						
Empresa	Trecho	Licença para Operação nº	Data de emissão	Vencimento	Órgão emissor	
SJT	LT 500 SE Gilbués II - SE São João do Piauí	381/2016	16/06/2016	16/06/2020	SEMAR-PI	(a)

(a) Renovação solicitada à SEMAR/PI e válida até a sua manifestação (Resolução CONAMA nº 237/97).

COVID-19 - O início de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou todo mundo e também a Companhia. Desde então, a Companhia, em conjunto com a Taesa, vem adotando medidas para a proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo – as pessoas – e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Assim, destacamos as principais medidas implementadas até o momento:

- o Comunicação frequente e atualizada para os colaboradores sobre o novo coronavírus;
- o Retorno gradual dos empregados ao trabalho presencial, cumprindo todos os protocolos e orientações dos órgãos de saúde, com acompanhamento de assessoria médica especializada;
- o Suspensão de viagens e reuniões presenciais;
- o Monitoramento dos empregados com apoio no tratamento de casos suspeitos ou positivos identificados da COVID-19;
- o Disponibilização de diversos canais de atendimento para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores e de seus familiares;
- o Vacinação contra a gripe influenza para o grupo de risco;
- o Manutenção das atividades de operação e manutenção de forma a garantir a segurança das pessoas e do sistema elétrico.

## 22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aprovação da Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2020 – A AGO de 30 de abril de 2021 ratificou a destinação do Lucro Líquido de 2020 descrito na nota explicativa nº 12 – Patrimônio Líquido.

Alteração da Diretoria – Em 23 de março de 2021 a AGE da Companhia elegeu o Sr. André Augusto Telles Moreira como Diretor Presidente, Sr. Erik da Costa Breyer como Diretor Financeiro, Sr. Marco Antônio Resende Faria como Diretor Técnico e Diretor Jurídico e Regulatório, Sr. Fábio Antunes Fernandes Diretor de Negócios e Sr. Luis Alessandro Alves como Diretor de Implantação.



Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

### 23. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, dado o não pronunciamento da ANEEL em relação a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 48 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 9) e Pronunciamento Técnico CPC 47 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 15), com vigência a partir de janeiro de 2018, eventuais impactos da adoção dos referidos pronunciamentos não estão sendo considerados na elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias. Adicionalmente, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Nota expli- cativa	31/12/2020			31/12/2019		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário (Reapresentado)
<b>Ativos</b>						
<i>Ativos circulantes</i>						
Caixa e equivalentes de caixa	19.118	-	19.118	430	-	430
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	920	-	920	3.953	-	3.953
Ativo de contrato de concessão	(i)	44.601	44.601	-	46.362	46.362
Impostos e contribuições sociais correntes	408	-	408	50	-	50
Cauções e depósitos vinculados	2	-	2	86	-	86
Outras contas a receber e outros ativos	3.858	-	3.858	2.687	-	2.687
<b>Total dos ativos circulantes</b>	<b>24.306</b>	<b>44.601</b>	<b>68.907</b>	<b>7.206</b>	<b>46.362</b>	<b>53.568</b>
<i>Ativos não circulantes</i>						
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	(ix)	13	13	15.102	(15.102)	-
Ativo de contrato de concessão	(i)	-	595.165	-	547.879	547.879
Outras contas a receber		4.147	4.147	3.772	-	3.772
Depósitos vinculados		-	-	14.018	-	14.018
Imobilizado	(iv)	368.463	(368.459)	378.906	(378.900)	6
Intangível	(iv)	6.376	(6.376)	4.711	(4.688)	23
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>378.999</b>	<b>220.330</b>	<b>416.509</b>	<b>149.189</b>	<b>565.698</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>403.305</b>	<b>668.236</b>	<b>423.715</b>	<b>195.551</b>	<b>619.266</b>
<b>Passivos</b>						
<i>Passivos circulantes</i>						
Fornecedores		2.527	2.527	379	-	379
Empréstimos e financiamentos		-	-	30.933	-	30.933
Impostos e contribuições sociais correntes		1.502	1.502	1.118	-	1.118
Taxas regulamentares		874	874	769	-	769
Dividendos e JCP a pagar		16.079	16.079	-	-	-
Outras contas a pagar		2.044	2.044	1.719	-	1.719
<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>23.026</b>	<b>23.026</b>	<b>34.918</b>	<b>-</b>	<b>34.918</b>
<i>Passivos não circulantes</i>						
Empréstimos e financiamentos		-	-	98.948	-	98.948
Impostos e contribuições sociais diferidos	(ii)	-	19.705	-	18.303	18.303
Tributos diferidos	(iii)	-	22.643	-	21.689	21.689
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis		206	206	12.087	-	12.087
<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>206</b>	<b>42.554</b>	<b>111.035</b>	<b>39.992</b>	<b>151.027</b>
<b>Total dos passivos</b>		<b>23.232</b>	<b>65.580</b>	<b>145.953</b>	<b>39.992</b>	<b>185.945</b>
<i>Patrimônio líquido</i>						
Capital social		394.523	394.523	276.811	-	276.811
Reserva de lucros		208.133	208.133	94.453	62.057	156.510
Prejuízos acumulados		(222.583)	-	(93.502)	93.502	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>	(v)	<b>380.073</b>	<b>602.656</b>	<b>277.762</b>	<b>155.559</b>	<b>433.321</b>
<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>		<b>403.305</b>	<b>668.236</b>	<b>423.715</b>	<b>195.551</b>	<b>619.266</b>

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota <u>explicativa</u>	2020			2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário (Reapresentado)
Disponibilização do sistema de transmissão		30.486	(30.486)	-	47.558	(47.558)	-
Remuneração do ativo de contrato de concessão		-	32.614	32.614	-	31.804	31.804
Correção monetária do ativo de contrato de concessão		-	56.444	56.444	-	14.728	14.728
Receita de implementação da infraestrutura		-	-	-	-	727	727
Operação e manutenção		-	4.742	4.742	-	7.168	7.168
Parcela variável		(4.646)	-	(4.646)	-	-	-
Outras receitas		-	(17.981)	(17.981)	-	1.699	1.699
Receita operacional bruta	(vi)	25.840	45.333	71.173	47.558	8.568	56.126
PIS e COFINS correntes		(1.023)	-	(1.023)	(1.765)	-	(1.765)
PIS e COFINS diferidos		-	(850)	(850)	-	(784)	(784)
Quota para RGR, P&D, TFSEE		(275)	-	(275)	(686)	-	(686)
Deduções da receita	(vii)	(1.298)	(850)	(2.148)	(2.451)	(784)	(3.235)
Receita operacional líquida		24.542	44.483	69.025	45.107	7.784	52.891
Pessoal		(986)	-	(986)	(1.907)	-	(1.907)
Material e outros custos de construção		(124)	(3.747)	(3.871)	(27)	(601)	(628)
Depreciação e amortização		(12.501)	12.501	-	(12.811)	12.811	-
Serviços de terceiros		(2.280)	-	(2.280)	(1.939)	-	(1.939)
Outros custos operacionais		(675)	-	(675)	(1.930)	-	(1.930)
Custos operacionais	(viii)	(16.566)	8.754	(7.812)	(18.614)	12.210	(6.404)
Lucro bruto		7.976	53.237	61.213	26.493	19.994	46.487
Pessoal		(185)	-	(185)	(743)	-	(743)
Serviços de terceiros		(853)	-	(853)	(677)	-	(677)
Depreciação e amortização		(2)	-	(2)	(16)	-	(16)
Outras despesas operacionais	(ix)	(3.424)	15.102	11.678	585	-	585
Despesas operacionais		(4.464)	15.102	10.638	(851)	-	(851)
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas dos impostos e contribuições		3.512	68.339	71.851	25.642	19.994	45.636
Receitas financeiras		308	-	308	856	-	856
Despesas financeiras		(1.876)	-	(1.876)	(5.778)	-	(5.778)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(1.568)	-	(1.568)	(4.922)	-	(4.922)
Lucro antes dos impostos e das contribuições		1.944	68.339	70.283	20.720	19.994	40.714
Imposto de renda e contribuição social corrente		(1.266)	-	(1.266)	(5.274)	-	(5.274)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(x)	-	(1.315)	(1.315)	-	(662)	(662)
Imposto de renda e contribuição social		(1.266)	(1.315)	(2.581)	(5.274)	(662)	(5.936)
Lucro líquido do exercício	(xi)	678	67.024	67.702	15.446	19.332	34.778

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

(i) Ativo de contrato de concessão

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado. Os impactos advindos desta aplicação, referem-se basicamente a reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros, para ativos de contrato de concessão.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; (iii) quando houver substância comercial; e (iv) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação da infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação definido para cada contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(ii) Impostos e contribuições sociais diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferidos.

(iii) Tributos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

(iv) Imobilizado e Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato de concessão (CPC 47), vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível. As premissas específicas para o ativo imobilizado/intangível regulatório são:

- (i) Garantir que o ativo imobilizado/intangível não seja afetado pelo CPC 47;
- (ii) Que os ativos estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL.

(v) Patrimônio Líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente dos efeitos das aplicações do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas Demonstrações contábeis regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio líquido societário	602.656	433.321
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(639.766)	(594.241)
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	-	15.102
Imobilizado e intangível (CPC 47)	374.835	383.588
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	19.705	18.303
Tributos diferidos – Pis e Cofins (CPC 47)	22.643	21.689
Patrimônio líquido regulatório	380.073	277.762

A Companhia efetua a destinação do resultado do exercício com base na contabilidade societária. No exercício de 2020, a Companhia ajustou seu ativo de contrato de concessão a luz do ofício CVM nº 04/2020 e procedeu com a reapresentação dos números comparativos de suas Demonstrações Financeiras societárias. Todos os efeitos relacionados aos dividendos, reservas de lucros e prejuízos acumulados até o exercício de 2019, foram considerados diretamente na DMPL regulatório de 31 de dezembro de 2020.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(vi) Receita bruta

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de receita de construção e remuneração do ativo de contrato de concessão, decorrentes das aplicações do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão, na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados.

(vii) Tributos e encargos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

(viii) Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo o custo de construção e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável. Para fins regulatórios, esses gastos de melhoria, que não possuem RAP adicional, são capitalizados e registrados como ativo imobilizado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico quando aplicável.

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

(ix) Baixa de contas a receber (outras despesas operacionais)

Refere-se a um contas a receber criado na contabilidade regulatória no exercício de 2019, com base em uma liminar, referente aos recebimentos das RAPs dos meses de julho, agosto, outubro e novembro de 2019. Em 2020, a Companhia procedeu com a baixa do ativo no valor de R\$15.102, tendo em vista a não recuperabilidade do mesmo.

(x) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, IR e CSLL diferidos.

(xi) Lucro (Prejuízo) do exercício

Conciliação do Lucro líquido societário e regulatório	2020	2019
Lucro líquido societário	67.702	34.778
Receita bruta (CPC 47)	(45.333)	(8.568)
Tributos e encargos - PIS e COFINS (CPC 47)	850	784
Depreciação e amortização (CPC 47)	(12.501)	(12.811)
Custos operacionais - Materiais (CPC 47)	3.747	601
Outras despesas operacionais	(15.102)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	1.315	662
Lucro líquido regulatório	678	15.446

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios, decorre do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

São João Transmissora de Energia S.A.  
CNPJ: 18.314.074/0001-68

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

\* \* \* \* \*

Diretoria	
Nomes	Cargo
André Augusto Telles Moreira	Diretor Presidente
Erik da Costa Breyer	Diretor Financeiro
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Técnico
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Jurídico e Regulatório
Fábio Antunes Fernandes	Diretor de Negócios
Luis Alessandro Alves	Diretor de Implantação

Wagner Rocha Dias  
Contador  
CRC-RJ-112158/O-3  
CPF nº 778.993.777-49